



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 79/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 2254/2013.**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Subcomando de Ações de Defesa Civil.
- 4- Exercício:** 2012.
- 5- Responsável:** Sr. Roberto Rocha Guimarães da Silva, Secretário do Subcomando de Ações de Defesa Civil.
- 6- Unidade Técnica:** DICA/AM – Relatório Analítico Conclusivo nº 87/2013 (fls. 167/181).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8323/2013-MP-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 183/184).
- 8- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Exercício de 2012. Subcomando de Ações de Defesa Civil.

Contas irregulares. Multa. Prazo para recolhimento. Autorizada inscrição na dívida ativa e cobrança executiva. Recomendação à Controladoria Geral do Estado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1- Julgar pela IRREGULARIDADE das Contas do Subcomando de Ações de Defesa Civil, exercício 2012, de responsabilidade do Sr. Roberto Rocha Guimarães da Silva, Secretário Executivo e ordenador de despesas, nos termos do art. 1º, II c/c art. 22, III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 5º, II, c/c o art. 188, II, §1º, III, “a”, “b” e “c”, da Resolução n.º 4/02-TCE, para:

9.2- MULTAR o Sr. Roberto Rocha Guimarães da Silva, Secretário Executivo do Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC **no valor de R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n.º 4/2002, alterada pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por ato praticado com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constante nos itens 3 e 7 deste voto.

9.3- FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Roberto Rocha Guimarães da Silva, recolha o valor do débito que lhe foi aplicado aos cofres públicos (art. 72, III, “a”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 4/02-TCE/AM;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 79/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 2254/2013 – fl. 02.

9.4- AUTORIZAR, em caso de não recolhimento do valor de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n.º 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6.º do art. 308, todos da Resolução n.º 04/02- TCE.

9.5- RECOMENDAR à Controladoria Geral do Estado - CGE o cumprimento do que determina a Constituição Federal quanto à emissão de parecer do dirigente do órgão, conforme determina o art. 10, da Lei n.º 2.423/966.

10- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de fevereiro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral